

**SISTEMA FAEP**



# BOLETIM

INFORMATIVO

**A revista do Sistema**

Ano XXIV nº 1315 - 24/08/2015 a 30/08/2015

Tiragem desta edição 25.000 exemplares



# SEGURO RURAL DESACREDITADO

**MST**

.....  
Invasão na  
Fazenda Figueira

**HISTÓRIA**

.....  
100 anos da  
soja no Brasil

**CAR**

.....  
O balanço dos  
cadastros no PR

# Aos Leitores

Uma lavoura é uma empresa a céu aberto. Diferente de outros setores da nossa economia, a produção agrícola está sujeita a intempéries climáticas, pragas e doenças. Para compensar as dificuldades inerentes a essa atividade, foi criado o Programa de Subvenção do Prêmio do Seguro Rural (PSR), que divide o risco de sinistros a que estão sujeitos os produtores com o governo federal, tornando as apólices mais acessíveis e trazendo mais tranquilidade para a produção de alimentos.

Este ano, porém, os recursos para o seguro rural sofreram um corte drástico de mais de 50%. O orçamento inicial aprovado no início do ano previa R\$ 668 milhões para essa finalidade. No entanto, após sucessivos cortes, o que está disponível para o setor agrícola hoje são apenas R\$ 316,7 milhões, que representam apenas 40% do que foi usado para suprir a demanda de seguros no ano passado. Com isso, estima-se que 70 mil operações de seguro deixarão de ser realizadas em 2015.

O risco é que, após contratado o seguro, o produtor receba num futuro próximo um boleto bancário (igual ao que foi enviado para alguns produtores do milho safrinha este ano) para pagar a parcela que cabia ao governo e que não foi honrada. Se no ano passado 80 mil produtores foram atendidos pelo seguro rural, este ano não devem passar de 39 mil – menos da metade.

Este assunto está detalhado na matéria “Produtores à mercê da própria sorte” deste Boletim Informativo. Boa leitura!

## Índice

MST .....	03
Seguro Rural .....	04
Cadastro de Agrotóxicos .....	08
Sanidade .....	10
História - 100 anos de Soja .....	12
Segurança .....	14
SENAR-PR .....	15
Opinião .....	16
ITR .....	17
Artigo .....	18
Leitor em Foco .....	21
Educação .....	22
Notas .....	24
Balanço do CAR .....	26
Eventos Sindicais .....	27
Via Rápida .....	30

## Expediente

**FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná**  
**Presidente:** Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Caldato, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santoroza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

**SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR**  
**Conselho Administrativo | Presidente:** Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR

**Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santoroza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

**Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social:** Cynthia Calderon | **Redação e Revisão:** Hemely Cardoso, Katia Santos e André Amorim | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figueira | **Ilustração:** Icaro Freitas

*Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.*

**Fotos da edição 1315:** Fernando Santos, Milton Dória, Divulgação e Arquivo FAEP.

# MST invade fazenda produtiva em Londrina

A propriedade possui produtividade maior do que a média nacional na criação de gado para corte



A Fazenda Figueira, em Londrina, foi alvo de uma invasão comandada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). No último dia 17 de agosto, cerca 1.400 famílias invadiram a propriedade que pertence à Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz (FEALQ), uma instituição privada. O MST justificou a invasão, alegando ter “indícios” de que a propriedade é improdutiva e pública. Na Fazenda Figueira, a FEALQ mantém um centro de pesquisas com cinco mil cabeças de gado e tem atuação científica na área de melhoramento de pastagens, nutrição, sanidade e desenvolvimento genético, com cria, recria e engorda para corte.

No dia seguinte à invasão, a FEALQ entrou com um pedido de reintegração de posse e no último dia 18 de agosto, o juiz Bruno Pegoraro, da 1ª Vara Cível de Londrina, determinou a saída dos invasores e definiu um prazo entre 15 e 20 dias para que os integrantes do MST se pronunciem dentro da ação sobre a desocupação.

Em nota, a FEALQ destacou a seriedade das pesquisas realizadas na unidade e afirmou que trata-se de uma instituição privada. “Desde 1995, a fazenda é administrada pela FEALQ, uma instituição privada. Temos muitos indicadores que comprovam, não apenas a produtividade da área, como também embasam a convivência benéfica da pecuária com o meio ambiente. Para produzir, a pecuária de corte não necessita de mais terras e sim de mais tecnologia para aumentar a eficiência da produção. A média brasileira é de 0,8 a uma cabeça de gado por hectare. A legislação considera uma fazenda como produtiva com o mínimo de duas cabeças por hectare e hoje temos uma proporção de 2,5 por hectare. A nossa meta é atingir uma média geral de três cabeças por hectare”, disse o

engenheiro-agrônomo José Renato Silva Gonçalves, responsável técnico pela unidade há 15 anos. No dia da invasão, ele recebia um grupo de 30 alunos da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e da Universidade Estadual de Maringá (UEM), além de professores das instituições.

## A Fazenda Figueira

Doada à FEALQ pelo ex-aluno da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq), Alexandre Von Pritzelwitz, a Fazenda Figueira concentra 3,7 mil hectares e mantém plantações de milho e aveia para a alimentação dos cinco mil bovinos. Além disso, ainda abriga a “Mata do Barão”, a maior e mais importante Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) de Londrina, com 1,1 mil hectares.



# Produtores à mercê da própria sorte

Governo corta mais da metade dos recursos previstos no orçamento para o seguro rural deste ano e deixa produção agropecuária desprotegida



Quando esteve em Curitiba, no último dia 23 de junho, na ocasião do lançamento do Plano Safra 2015/16, a ministra da Agricultura, Kátia Abreu, afirmou que os recursos para a subvenção do seguro rural estavam garantidos. “Nós saímos de 280 milhões, no primeiro ano da presidente (Dilma), passamos para 400 milhões, depois 700 milhões. Este ano vamos repetir os 700 milhões”, afirmou a dirigente a uma plateia formada por produtores e lideranças rurais.

A realidade, porém, se mostrou bem diferente. A Lei de Orçamento Anual (LOA) aprovou para 2015 recursos da ordem de R\$ 668 milhões para o Programa de Subvenção do Prêmio do Seguro

Rural (PSR). Este valor já é inferior aos R\$ 700 milhões prometidos pela ministra, mas o corte no seguro é ainda mais profundo.

No ano passado, o governo federal acumulou dívida de R\$ 690 milhões das apólices com as companhias seguradoras. Destes, R\$ 300 milhões foram subtraídos do orçamento de 2015 para colocar em dia estas contas atrasadas, sobrando no orçamento deste ano apenas R\$ 368 milhões para o PSR. Sobre isso, a ministra também se posicionou: “Vejam o que aconteceu, e que não pode se repetir: ano passado empenhamos R\$ 390 milhões e os outros 300 não foram empenhados. É proibido pagar o seguro de um ano anterior com o

## REDUÇÃO DO ORÇAMENTO PARA SEGURO RURAL

ORÇAMENTO DO PROGRAMA 2015	SUBTRAÇÃO PARA PAGAR ATRASOS DE 2014 (A)	CORTE NO ORÇAMENTO DO MAPA (B)	REDUÇÃO TOTAL DO ORÇAMENTO DO SEGURO (A+B)	ORÇAMENTO FINAL PARA 2015
R\$ 668.080.000,00	R\$300.000.000,00	R\$51.380.000,00	<b>R\$351.380.000,00</b>	R\$ 316.700.000,00

orçamento presente. Tiveram então que fazer uma medida provisória excetuando isso. Então vamos empenhar o seguro deste ano, com recursos deste ano, os R\$ 300 milhões do ano passado. Eu não vou deixar passar mais um ano com esse débito, deixando o seguro agrícola desacreditado”, afirmou na ocasião, em Curitiba.

O que ocorreu, foi justamente o oposto do que prometeu a ministra. Dos R\$ 700 milhões prometidos, R\$ 668 milhões foram aprovados no orçamento, e destes, descontando-se as dívidas do governo com as seguradoras no ano passado, restaram R\$ 368 milhões, que agora sofreram novo corte.

A tesourada mais recente no dinheiro do seguro aconteceu no último dia 12 de agosto, quando o Comitê Gestor Interministerial do

PSR publicou resolução retirando mais R\$ 51,38 milhões do orçamento inicial, restando apenas 316,7 milhões para a subvenção do seguro rural em todo país. Ou seja, mais da metade dos recursos destinados ao seguro rural desapareceu.

Coincidência ou não, o “presente de grego” do governo federal ocorreu duas semanas após a comemoração do Dia do Agricultor. Essa, aliás, vem sendo a tônica dominante do relacionamento do governo federal com a classe rural. Embora o agronegócio tenha se transformado no fiel da balança da combatida economia brasileira, garantindo equilíbrio principalmente nas contas externas, o setor rural não desfruta do mesmo apoio, nem da mesma boa vontade concedidos a outros setores.

## ANÁLISE DOS VALORES TOTAIS DO ORÇAMENTO POR TIPO DE ATIVIDADE:

CULTURA	RESOLUÇÃO 35 (ANTERIOR)	NOVA RESOLUÇÃO 36	SITUAÇÃO
Trigo, grãos de inverno e milho 2ª safra	R\$ 152.000.000,00	R\$ 152.000.000,00	Já realizado
Soja	R\$ 100.000.000,00	R\$ 80.000.000,00	Retirado R\$ 20.000.000,00
Outras atividades	R\$ 46.080.000,00	R\$ 36.700.000,00	Retirado R\$ 9.380.000,00
Uva	R\$ 25.000.000,00	R\$ 20.000.000,00	Retirado R\$ 5.000.000,00
Maçã	R\$ 35.000.000,00	R\$ 28.000.000,00	Retirado R\$ 7.000.000,00
Milho 2ª safra	R\$ 10.000.000,00	--	Retirado R\$ 10.000.000,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 368.080.000,00</b>	<b>R\$ 316.700.000,00</b>	<b>Total Retirado R\$ 51.380.000</b>

Fonte: SPA/MAPA. Comparativo das resoluções 35 e 36 do Comitê Gestor do Programa de Subvenção do Prêmio do Seguro Rural



## Ofício

Atenta à desidratação sistemática dos recursos para o seguro rural, a FAEP encaminhou no último dia 18 de agosto um ofício a diversas autoridades, entre elas o secretário de política agrícola do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), pedindo medidas urgentes para garantir o acesso dos produtores ao PSR.

No documento, o presidente da Federação, Ágide Meneguette, alerta que “caso o governo (federal) não honre com o compromisso dos R\$ 700 milhões prometidos no Plano Agrícola e Pecuário, boletos bancários serão enviados pelas companhias seguradoras aos produtores em outubro”. Essa não seria a primeira vez que isso aconteceria (Veja Box).

Segundo o ofício: “Se a situação não for revertida, estimasse que o referido corte equivale a 70 mil operações de seguro de diversas atividades rurais numa área de 7,3 milhões de hectares, que estarão à mercê do clima e sem a cobertura do seguro agrícola em diversas regiões do país”, alerta.

Para resolver essa situação, a Federação pede que seja liberado em caráter de urgência crédito suplementar de R\$ 351,38 milhões até o dia 1º de outubro deste ano, restabelecendo assim o valor original aprovado na LOA de R\$ 668 milhões.

**Veja abaixo os impactos do corte nos recursos do Seguro Rural**

**70 mil** operações de seguro deixarão de ser realizados.

Redução de **7,3 milhões** de hectares com seguro agrícola.

Cerca de **R\$ 12 bilhões** em Importância Segurada (IS) não será amparada.

**R\$ 700 milhões** em arrecadação de prêmios de seguro não serão negociados.

## Produção descoberta

A redução de recursos ocorre na contramão da necessidade de crescimento do seguro rural no país. Os R\$ 316,7 milhões destinados para o seguro rural este ano representam apenas 40% do total necessário para suprir a demanda por seguro no ano passado. Pior, com o aumento generalizado dos custos de produção, a demanda deverá ser ainda maior este ano, e os recursos disponibilizados em 2015 se mostrarão ainda mais insuficientes.

“É triste, o seguro rural não engrena, ninguém confia, não baixa o preço. Você contrata uma coisa, está contando com ela e - de repente - não tem.”, avalia o presidente do Sindicato Rural de Carambeí, Ricardo Wolter. Ele conta que na sua região o Sicredi anunciou que, caso não haja subvenção do governo federal será dada a opção ao produtor se prefere desistir do seguro, ou, pagar a diferença. “Quem chegar antes leva, a gente não sabe se vai haver recursos para todo mundo”, observa.

O caso da soja é ainda mais preocupante. Em 2014 foram liberados R\$ 440 milhões no 2º semestre para o PSR, dos quais, cerca de R\$ 300 milhões foram para soja e R\$ 140 milhões para as demais atividades. Ocorre que o orçamento para o seguro da soja em 2015 é de apenas R\$ 80 milhões. Com isso, a estimativa é que, de cada cinco produtores que realizaram seguro rural em 2014, apenas um poderá realizar em 2015.

Os impactos da redução de recursos para o PSR terá consequências drásticas para o agronegócio brasileiro. Estima-se cerca de 70 mil operações de seguro deixarão de ser realizadas em todo país. Em 2014 o número de apólices era de 125 mil, para este ano a estimativa é de apenas 55 mil. Da mesma forma, a área segurada irá passar de 12 milhões de hectares, em 2014, para 4,7 milhões em 2015.

## O Boleto do milho safrinha

Em junho deste ano, diversos produtores receberam uma surpresa pelo correio. Boletos bancários foram enviados pelas seguradoras cobrando dos produtores o pagamento da parte que o governo federal não havia honrado referente à subvenção do seguro para o milho safrinha.

Na ocasião, o pagamento dos recursos para garantir o seguro só chegou depois que os produtores já haviam plantado o milho. E depois de muita pressão de setores representativos do agronegócio, como a FAEP.

## EVOLUÇÃO DO PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL (PSR) 2005-2015\*

Ano	Importância Segurada (IS) (R\$)*	Área segurada (hectares)	Apólices (Unidades)	Número Produtores	Prêmio de seguro (R\$)*	Subvenção (R\$)*
2005	126.637.756	68.148	849	849	8.684.371	2.314.919
2006	2.869.325.774	1.560.349	21.779	16.653	71.119.010	31.121.861
2007	2.706.036.105	2.276.245	31.637	27.846	127.741.170	60.961.993
2008	7.209.176.951	4.762.902	60.120	43.642	324.744.319	157.544.956
2009	9.684.244.863	6.669.296	72.737	56.306	477.785.800	259.610.965
2010	6.541.634.782	4.787.641	52.880	38.211	368.169.101	198.277.600
2011	7.339.468.652	5.582.137	57.885	40.109	466.393.330	253.451.980
2012	8.782.214.959	5.243.272	63.328	43.538	571.375.578	318.167.934
2013	16.843.679.547	9.603.429	101.850	65.556	1.001.347.383	557.852.228
2014**	20.000.000.000	12.000.000	125.000	80.000	1.250.000.000	700.000.000
<b>2015**</b>	<b>8.000.000.000</b>	<b>4.700.000</b>	<b>55.000</b>	<b>39.000</b>	<b>550.000.000</b>	<b>316.700.000</b>

Fonte: SPA/MAPA; \* Valores nominais. \*\*Valores estimados com base nos recursos de subvenção.



# A importância do Cadastro de Agrotóxico

A Adapar publicou em maio deste ano uma Portaria com novas regras sobre a comercialização e utilização desses produtos



Todo produto usado no manejo e controle de pragas agrícolas é classificado como agrotóxico. Para sua comercialização e utilização nas lavouras brasileiras é necessário que esses produtos tenham registro federal e sejam cadastrados em cada Estado onde serão comercializados. As autorizações são solicitadas pelos fabricantes junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), e junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Para fazer o cadastro estadual no Paraná a solicitação deve

ser feita à Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), que autoriza o comércio, o uso e verifica a eficácia do produto, e ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP).

“O principal objetivo do Cadastro Estadual de Agrotóxicos é disponibilizar um produto eficiente e de qualidade tanto ao produtor rural, como ao consumidor final, que tenha segurança ambiental e alimentar”, afirma o engenheiro-agrônomo e coordenador de Análise e Cadastramento de Agrotóxico, Renato Rezende Young Blood, da Adapar (foto).

Em 21 de maio deste ano, a Adapar publicou a Portaria





nº 91, que regulamenta os Procedimentos para o Cadastro de Agrotóxicos e Afins no Paraná. Entre as novidades estão a definição de um percentual de eficiência do produto, que deve ser de, no mínimo, 80% e a previsão de prioridades que estão descritas na Portaria. São elas: o uso emergencial decretado pelo MAPA; culturas de suporte fitossanitário insuficiente como é o caso das Minor Crops; moléculas novas; produtos para agricultura orgânica e produtos biológicos.

Os testes dos produtos são feitos em entidades de pesquisa credenciadas pelo MAPA, que possuem áreas específicas para estes experimentos. A avaliação da Adapar é feita especificamente em cima dos testes apresentados pelos solicitantes. “O MAPA é responsável pela fiscalização dos testes nas áreas experimentais”, completa Blood.

De acordo com a Portaria nº 91, o prazo máximo para análise de cada pedido de cadastro é de 90 dias. Para os pedidos encaminhados com prioridade, o prazo de avaliação da Adapar varia entre 15 e 20 dias.

## Restrições

Segundo o coordenador, as restrições de agrotóxicos são comuns no Paraná. No site “Agrotóxicos do Paraná” é possível encontrar a relação dos agrotóxicos autorizados para comércio e uso e suas respectivas restrições. A consulta também pode ser feita nos endereços: [www.adapar.pr.gov.br](http://www.adapar.pr.gov.br) ou <http://celepar07web.pr.gov.br/agrotoxicos/>.

Existem duas possibilidades de restrições para agrotóxicos: para a praga, ou, para toda a cultura. A restrição do produto acontece,

principalmente, quando há problemas na eficiência em relação ao alvo biológico, ou seja, a praga a ser combatida.

Para entender melhor um exemplo de restrição de produto. Um determinado agrotóxico é recomendado para soja e destinado ao controle de três doenças. Na avaliação feita pela Adapar o técnico detecta que esse produto só é eficiente para duas doenças, então, no Estado do Paraná este produto estará autorizado para comércio e uso exclusivamente para as duas doenças em que apresentou eficiência acima de 80 %.

Outra possibilidade de restrição que ocorre é relativa à cultura inteira, que ocorre quando a análise técnica constata que os níveis de resíduo daquele agrotóxico estão acima do Limite Máximo de Resíduo (LMR), mesmo após terminado o período de carência daquele produto.

Citando um caso prático de restrição de cultura. Os três testes de eficácia enviados pela empresa estão corretos. Mas, quando o técnico avalia os boletins de análise de Resíduo, os índices de Limite Máximos de Resíduos (LMR) ainda estão acima do permitido. Sendo assim, mesmo que o produto seja eficiente para o combate das pragas ele não apresenta segurança alimentar para os consumidores podendo causar danos à saúde humana. Então seu uso é proibido.

As restrições também podem ocorrer quando a empresa deixa de enviar os estudos de eficácia e/ou boletins de análise de resíduos.

As empresas, que possuem produtos com restrições, são notificadas a encaminhar novos estudos, que atendam às exigências legais e que comprovem a eficácia e segurança do produto.

## Minor Crops

Há ainda outra novidade em relação ao uso de agrotóxicos é a extrapolação dos LMR para as culturas de suporte fitossanitário insuficiente, ou Minor Crops (principalmente frutas e hortaliças). “Sempre se discutiu muito o fato de não existirem produtos com registro específico para todas essas culturas”, comenta Blood.

Para solucionar esse impasse foi criada a Instrução Normativa Conjunta entre o MAPA, Anvisa e Ibama nº 01 de 16/06/2014, que extrapola o LMR e o Estudo de Resíduos para culturas semelhantes. Essa extrapolação tem que ser solicitada pelas empresas detentoras dos registros dos agrotóxicos. Com essa INC, por exemplo, os produtos aprovados e cadastrados no Paraná para a cultura da maçã poderão ser utilizados nas culturas: acerola, ameixa, amora, azeitona caju, carambola, figo, etc.

Atualmente no Paraná existem dez produtos cadastrados de acordo com a IN 01/2014 (Minor crops) e outros seis estão em processo de análise pela Adapar. De acordo com o agrônomo a atualização do site “Agrotóxicos do Paraná” é realizada diariamente após a conclusão das avaliações de cada produto.

# Transformando o Fiscal sanitário em um sanitarista

A defesa sanitária não passa inicialmente pela fiscalização e sim por um processo educativo e informativo amparado em leis e conhecimento epidemiológico

Por Katia Santos



O médico-veterinário e consultor da Federação da Agricultura de Minas Gerais, Altino Rodrigues Neto, esteve em Curitiba no último dia 6 de agosto proferindo palestra aos recém-contratados jovens (idade média 32 anos) fiscais e assistentes de fiscalização da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar). Com um currículo impecável (confira box) entre as muitas informações técnicas compartilhadas com o grupo ele orientou: “tenham paciência e entendam que a defesa sanitária é antes de tudo uma questão de educação do produtor, por isso não atuem no campo como fiscais, mas sim como sanitaristas”.

Altino começou sua apresentação parabenizando o Paraná pela integração entre o setor público e privado e pelo empenho, que o Sistema FAEP/SENAR-PR dedicou à criação da Adapar. “Não existe hoje mais espaço para uma entidade pública sem a participação efetiva da iniciativa privada. Quando estive na França, em 1993, vivenciei a parceria entre o Ministério da Agricultura e a Federação da Agricultura francesa. Não se escrevia uma linha sem discutir e negociar com os produtores rurais”, diz.

A inter-relação entre o setor privado e o público na área da defesa sanitária ainda é uma raridade no Brasil. “Essa relação aberta entre os dois setores acontece em três ou quatro Estados no país. Na maioria o produtor não conhece a estrutura que o Estado dispõe nessa área. Mais uma vez o Paraná dá exemplo para o país”.

## Histórico

O veterinário apresentou um histórico da criação do Serviço Brasileiro Defesa Brasileiro Agropecuário (SBDBA). O trabalho começou exatamente pela necessidade que o país teve de exportar carne nos anos 90. Segundo ele a saúde pública não sensibiliza os governantes, o que os sensibiliza são as questões econômicas.

É fundamental ter um serviço eficiente de controle sanitário e para isso é preciso um cadastro do rebanho, conhecer o universo onde se vai atuar e o seu cliente, que nesse caso é o produtor rural. “Por isso defendo a necessidade primordial de se fazer e manter um cadastro agropecuário atualizado”, disse.

Outro fator apontado por Altino, para uma defesa agropecuária eficiente é a necessidade de agilidade na estrutura de funcionamento do serviço de sanidade. A estrutura de uma agência é muito mais flexível do que a estrutura de uma secretaria de estado. “Até hoje o governo federal ainda não criou uma agência voltada para a sanidade agropecuária. Eu vejo isso como um atraso imenso para o país”, critica.

## Fiscal x sanitarista

O especialista defende também uma postura diferenciada do fiscal que atua na ponta, ao lado dos produtores. “A defesa sanitária não passa inicialmente pela fiscalização, e sim por um processo educativo de informação amparado em leis e conhecimentos epidemiológicos”, afirma.

O médico-veterinário citou o estudo de marketing que aponta que 5% do seu público alvo adota, imediatamente, uma nova medida ou legislação; uma grande parcela, 79%, adota, gradativamente, as novas regras, e, 16% desse universo são resistentes as mudanças. “A esses se aplica a multa. A defesa sanitária é isso: conscientização e educação”, completa.

Altino acredita que o fiscal sanitário não deve limitar seu trabalho a aplicação de multas. Antes de ser um fiscal ele deve atuar como um educador sanitário. Para mudar seu comportamento o produtor esse profissional, que tem perfil diferenciado, precisa antes conhecer a legislação, que é imensa. É preciso entender que grande parte dos produtores não tem a mesma facilidade de acesso à informação como um comerciante ou industrial que está no meio urbano. Por isso, é preciso antes de multar – educá-lo para que ele mude seu comportamento”, afirma.

## Inovação

Enquanto esteve a frente do Instituto Mineiro Agropecuário (IMA) Altino implantou em 2012, o Inova IMA, que permitiu ao fiscal abandonar os papéis e adotar tabletes no seu dia a dia. Para isso foi

desenvolvido um software que integra todas as informações do IMA e suas estruturas. A legislação mineira tem, na área da sanidade 330 itens entre leis, resoluções, portarias, instruções normativas, memorandos, ofícios, etc; 175 formulários de campo, e, 138 fluxos de processos. Para implantação desse sistema foi investido R\$1,5 milhão.

“Esse software trouxe agilidade ao trabalho dos fiscais, pois todas as informações estão nas mãos do profissional e interligada, através do sistema. Com a tecnologia sobrou mais tempo para o fiscal dialogar com o produtor, o que permitiu humanizar mais a relação entre o fiscal e o produtor. Quando ele vai preencher um determinado formulário na propriedade e digita a situação automaticamente aparecem às legislações vigentes relativas ao caso. Além de ser mais rápido, diminui a margem de erro tornando o serviço mais eficiente”, explica.

Essa mudança de comportamento dos fiscais mineiros contribuiu para a conscientização dos produtores. “Antes do projeto 80% das notificações de aftosa no Estado eram feitas através de notificações do serviço público. Após o trabalho educativo 80% das notificações passaram a ser feitas pelos próprios produtores. Mesmo ele sabendo que iria ter a propriedade interditada ele notificava, pois sabia que estaria prejudicando seu vizinho, seu estado seu país. Esses são resultados do trabalho dos sanitaristas e não dos fiscais”, finaliza.

## Currículo

Foi diretor-geral do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) e ex-presidente do Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária (Fonesa) é médico-veterinário formado pela Escola de Veterinária da UFMG; exerceu funções como diretor técnico e superintendente de Produção Animal da IMA por 40 anos, Diretor de Controle de Vírus da Superintendência de Saúde Animal (SANI), da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Assessor do Instituto Estadual de Saúde Animal (IESA/MG). É pós-graduado em Negociação Agrícola Internacional, pela Universidade de Negócios de Administração (UNA), especialista em sanidade animal, pela Escola de Veterinária da UFMG e detentor do curso de especialização em Defesa Sanitária e Inspeção de Produtos de Origem Animal na França.



# 100

## anos de soja

A história do Grão que nasceu na China e conquistou o mundo

As primeiras citações de soja datam de 5 mil anos atrás, em estudos do imperador chinês, Shen-nung, considerado o pai da agricultura chinesa. O plantio da oleaginosa começou por lá e depois se espalhou pelo Japão e outros países do Sudeste da Ásia.

No século III, o grão era a matéria-prima essencial para a produção de tofu e também utilizado como uma espécie de moeda, pois era vendido à vista ou trocado por outras mercadorias. Relatos revelam que a soja de milênios atrás era bem diferente daquela que conhecemos hoje: plantas rasteiras que se desenvolviam ao longo de rios e lagos – uma espécie de planta selvagem. O processo de “domesticação” da soja ocorreu no século XI a.C., a partir de cruzamentos naturais feitos por cientistas chineses.

Mais de 500 anos se passaram até que a civilização ocidental percebesse o valor do grão de soja na alimentação, principalmente o seu valor proteico. As primeiras tentativas de produção de soja na Europa fracassaram, provavelmente, devido a fatores climáticos, ausência de conhecimento sobre a cultura e suas exigências.

Os norte-americanos foram os que, entre o fim do século XIX e início do século XX, conseguiram desenvolver o cultivo comercial da soja, criando novas variedades, com teor de óleo mais elevado. A partir de então ocorreu a expansão do seu cultivo.

Após o final da 1ª Guerra Mundial, em 1919, o grão de soja se torna um item importante no comércio exterior. Pode-se considerar o ano de 1921, quando é fundada a American Soybean Association (ASA), como o marco da consolidação da cadeia produtiva da soja em esfera mundial.



## A SOJA NO BRASIL

Por aqui, ela chegou em 1882. O responsável pelos primeiros estudos com a cultura foi o professor Gustavo Dutra, da Escola de Agronomia da Bahia. Nessa época, o cultivo da oleaginosa não deu certo em terras baianas por causa da baixa latitude na região. Dez anos mais tarde, o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), no Estado de São Paulo, iniciou estudos para obtenção de cultivares adaptadas à região. Nesse período, porém, o interesse pela soja não era pelo seu material nobre, o grão, era mais pela planta como uma espécie a ser utilizada como forrageira e na rotação de culturas. Os grãos eram utilizados principalmente na alimentação de bovinos, já que ainda não havia o seu emprego na indústria.

O primeiro registro de cultivo de soja no Brasil ocorreu em 1914, no município gaúcho de Santa Rosa. Mas foi somente a partir dos anos 40 que ela adquiriu alguma importância econô-



mica, merecendo o primeiro registro estatístico nacional em 1941. Nesse mesmo ano instalou-se a primeira indústria processadora de soja do país em Santa Rosa e, em 1949, com produção de 25 mil toneladas, o Brasil figurou pela primeira vez como produtor de soja nas estatísticas internacionais.

A expansão da soja no Brasil começa a engrenar mesmo nos anos 1970, quando a indústria de óleo passa a ser ampliada. O aumento da demanda internacional pelo grão é outro fator que contribuiu para o início dos trabalhos comerciais, colocando a sojicultura em grande escala de produção.

A ampliação dos plantios de soja no Brasil sempre esteve associada ao desenvolvimento rápido de tecnologias e pesquisas focadas no atendimento da demanda externa. Tanto que na década de 70 a soja já era a principal cultura do agronegócio nacional, com um volume de 1,5 milhão de toneladas. Em 1973, por exemplo, o preço da tonelada valia US\$ 1,2 mil.

Em 1975 foi criada a Embrapa Soja, cujo papel foi decisivo na expansão do plantio da oleaginosa em todo o país. De lá para cá, a produção só aumentou. Em 1979, por exemplo, eram produzidas 15 milhões de toneladas de soja. Hoje, a estimativa para a safra brasileira 2014/2015 é de 94 milhões de toneladas, segundo dados do Departamento da Agricultura dos Estados Unidos (USDA). Se as estimativas

se confirmarem, a safra 2014/15 deverá ter a maior produtividade dos últimos cinco anos. Os americanos serão os maiores produtores mundiais de soja no ciclo 2014/15, com uma produção de 107,7 milhões de toneladas. Na sequência aparece o Brasil, a Argentina, com 55 milhões de toneladas, e a China com 11,8 milhões.

## SOJA NO PARANÁ



No Paraná, o cultivo da soja teve início em 1953, quando uma geada atingiu os cafezais e muita gente investiu no plantio da oleaginosa como uma alternativa à cultura de café, segundo o pesquisador Amélio Dall'Agnol, da Embrapa Soja. Em 1975, a Geada Negra não poupou ninguém e dizimou os cafezais paranaenses. A partir daí, a soja assumiu a dianteira do mercado agrícola paranaense.

Hoje, o Estado é segundo maior produtor brasileiro da oleaginosa, atrás apenas do Mato Grosso. A primeira estimativa da área de plantio da safra 2015/2016 é de 5,1 milhões de hectares, com uma produção de 16,9 milhões de toneladas, de acordo com o Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (Seab).



# União e informação contra o crime

Sindicato Rural de Pato Branco organiza palestras preventivas para orientar produtores a evitar ocorrências na área rural

Com o aumento do número de assaltos a propriedades rurais na região de Pato Branco, no Sudoeste do Paraná, o presidente do sindicato rural do município, Oradi Caldato, procurou o 3º Batalhão da Polícia Militar solicitando apoio para orientar os produtores rurais sobre como proceder para evitar a ação de bandidos. Após o encontro foram organizadas e realizadas cinco palestras nas seguintes comunidades rurais: Fazenda da Barra (28/07), Sede Gavião (30/07), São Caetano (4/07), São João Batista (11/08) e Independência (13/08).

“Nós do 3º Batalhão da PM investimos muito na polícia comunitária. E uma das formas do cidadão participar desse processo é compartilhando informações com a Polícia Militar e a Patrulha Rural. Queremos fortalecer cada vez mais a parceria com o sindicato rural e os produtores rurais”, afirma o comandante do Batalhão, Éveron Cesar Puchetti Ferreira.

As palestras foram feitas pelo capitão do 3º Batalhão da PM, Gerson Maurício Zocche. A média de participação em cada uma foi de cerca de 60 produtores rurais e seus familiares.

Nas reuniões, o capitão Zocche também repassou informações sobre delitos ambientais, irregularidades relacionadas ao porte de armas e como proceder sua regularização.

Além das palestras, o sindicato rural articulou junto ao deputado estadual Guto Silva, a recomposição do número de policiais militares da Patrulha Rural Comunitária, que estava inativa há dois meses. Dos quatro policiais que compõem a patrulha, três haviam se aposentado e o quarto foi transferido para outra unidade. Com a recomposição do seu efetivo a patrulha vai percorrer aproximadamente 1,4 mil quilômetros de estradas rurais na região de Pato Branco.

Também participaram dos encontros os parceiros do sindicato: Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Paraná (Fetaep), representando o poder Executivo municipal, o vice-prefeito de Pato Branco, Ivo Polo, e, representando o poder legislativo municipal, a vereadora, Leonira Tesser.



Reunião na Comunidade Rural Independência

## Dicas de segurança no campo

- 1- Quando o produtor rural encontrar, ou, for abordado por um veículo estranho na vizinhança, gravar o número da placa e posteriormente anote. O policial não recomenda a anotação na frente da pessoa para evitar constrangimentos. Em seguida repassar essa informação para o número 181, que encaminhará a informação a Patrulha Rural. Quando o produtor observar alguma movimentação estranha em uma casa vizinha, ou até mesmo um furto o contato deve ser feito para 190.
- 2- Não repassar informações a estranhos.
- 3- Melhorar a iluminação na área externa da residência e no entorno da casa.
- 4- Instalar alarmes nos galpões onde são guardados maquinários e insumos agrícolas.
- 5- Se possível manter cães para melhorar a guarda nas propriedades.



# O balanço das ações do SENAR-PR

De janeiro de 2013 a julho de 2015 foram capacitados mais de 409 mil trabalhadores e produtores rurais



de informações com outras entidades. Ao Conselho Consultivo compete auxiliar a administração do SENAR-PR a estabelecer programas, processos metodológicos, além da discussão de temas referentes ao aprendizado rural e a promoção social”, explicou Humberto Malucelli Neto, superintendente do SENAR-PR.

Entre o início de 2013 e julho de 2015, o SENAR-PR capacitou 477.050 trabalhadores e produtores rurais, sendo que 409.771 foram cursos de formação profissional e 67.279 de promoção social. O gerente Eduardo Gomes observou que há 10 anos a procura por cursos operacionais era maior e, hoje, essa demanda se concentra na área de gestão. “Estamos re- vendo o projeto político pedagógico e rea- lizando algumas mudanças na formação profissional devido à demanda. O nosso desafio é sair do treinamento para a educa- ção profissional”, comentou Eduardo.

O papel do SENAR-PR é levar conhecimento aos trabalhadores e produtores rurais em todo o Estado. Sua atuação é pautada nas transformações que ocorrem na agropecuária paranaense e se ajusta conforme a demanda. Se ela muda, as ações do SENAR-PR mudam também. Este foi um dos assuntos discutidos durante a reunião do Conselho Consultivo da entidade para o Triênio 2015-2018, ocorrida na sede do Sistema FAEP/SENAR-PR, em Curitiba, no último dia 30 de julho.

Pelo menos uma vez por ano, o SENAR-PR realiza uma reunião com o Conselho Consultivo - formado por grupo de diversas instituições\* - para discutir suas diretrizes e apresentar um balanço das ações realizadas. “O nosso papel é levar conhecimento aos produtores rurais e não há como fazer isso sem a troca

## \*Conselho Consultivo

O Conselho Consultivo é formado pelas seguintes instituições: FAEP/SENAR-PR, Secretaria da Agricultura e Abastecimento (Seab), Secretaria de Estado da Educação (Seed), Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Em 2015, novas entidades passaram a fazer do grupo formado pelo Conselho, como da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Tecnológica do Paraná (UFTPR) e FAE Centro Universitário e Associação Paranaense de Planejamento Agropecuário (Apepa).

# O pedágio e seus desafios

Por Sérgio Malucelli

Em anos de atividades públicas e privadas, nunca acompanhei um tema tão polêmico quanto a questão do pedágio e a discussão em torno das concessões de rodovias. A inapetência do Estado como gestor nos levou ao pagamento de tarifa para andarmos em vias públicas. O que, aliás, não é fato novo: no Império Romano já se cobrava pedágio para trafegar na Via Ápia.

Não é aceitável, contudo, fugir do debate, embora respeitando todos os posicionamentos. O tema das concessões rodoviárias ocorre justamente numa fase difícil para o país, que, para resolver o ajuste fiscal, não tem recursos para realizar novas obras e nem para a manutenção das existentes. Novos investimentos são indispensáveis para movimentar a nossa combatida economia, uma das razões que levaram a Fetranspar a se associar a quatro outras entidades do chamado G7 para levar ao ministro dos Transportes a solicitação para que se renove a delegação da União para os 1,8 mil quilômetros de rodovias federais que fazem parte dos 2,4 mil km do Anel de Integração. Nossa intenção é que, após 2022, quando se encerra o prazo de delegação, o Paraná continue podendo controlar o Anel, que é prioritário para a nossa economia. Não podemos permitir que, por falta de interesse ou recursos, a partir de 2022 essas rodovias voltem à situação de 1997, justamente o que levou o Estado a estabelecer as concessões ao setor privado.

Pelas negociações com o Ministério do Transporte, a renovação da

delegação e as decisões a respeito de concessões, agora, ou, ao término dos contratos, serão tomadas em conjunto pelos governos estadual e federal. Por decisão do ministro dos Transportes, foi criada uma comissão técnica para participar das negociações, que serão acompanhadas pela bancada do Paraná no Congresso Nacional e pelas entidades do setor produtivo.

A maior transparência possível é o que se pretende com este arranjo institucional, do qual a Fetranspar já participa ativamente. As premissas básicas para todas as negociações podem ser assim sintetizadas: transparência nas negociações, redução das tarifas, conclusão da duplicação do Anel de Integração, melhoria dos serviços aos usuários e zeramento de pendências jurídicas entre o poder concedente e as concessionárias.

A necessidade urgente de melhoria das nossas rodovias, em péssimo estado de conservação em 1997, conduziu o processo de concessão a imperfeições, com consequências diretas no transporte rodoviário de cargas, que move praticamente toda a economia agropecuária e industrial do Estado. Foram as imperfeições nos contratos e na condução do processo nos anos seguintes que acabaram nos levando ao impasse atual. Obras previstas foram postergadas ou retiradas de contratos. Outras, necessárias à duplicação de todo o Anel, nem foram cogitadas. Mesmo assim, as tarifas de pedágio são altas, onerando o frete e, indiretamente, penalizando os setores econômicos e a própria população.

É grave, sim, a situação: pedágio alto, sem muitas obras novas, e com uma solução para só daqui a seis anos e meio. Significa pagar pedágios caros, em alguns casos acrescidos dos chamados “degraus tarifários” que os tornarão mais caros ainda. E as obras a serem iniciadas somente no fim dos contratos.

É por essas razões que a Fetranspar quer antecipar a discussão dos contratos, para que as obras de que precisamos – não apenas as postergadas ou retiradas dos contratos, mas toda a duplicação – sejam iniciadas imediatamente. E tudo isso com redução do preço do pedágio.

Eximir-se dessa discussão, além de falta de visão de futuro, é prestar um desserviço à sociedade paranaense.



**Sérgio Malucelli** é presidente da Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Paraná (Fetranspar).

*Texto publicado na Gazeta do Povo em 12 de agosto de 2015*

# Não esqueça de entregar o ITR

Prazo para entrega do Imposto Territorial Rural começou no dia 17 de agosto e termina no dia 30 de setembro. Para ajudar no preenchimento da declaração, FAEP promove treinamento



A Receita Federal publicou no Diário Oficial da União, no último dia 7 de agosto, a Instrução Normativa nº 1578, que dispõe sobre a Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR) referente ao exercício 2015. A IN estabelece normas e procedimentos para a apresentação da declaração.

Os produtores rurais devem ficar atentos ao prazo para preenchimento e entrega do DITR, que é de 17 de agosto a 30 de setembro pela internet mediante utilização do programa de transmissão Receitanet, disponível no site da Receita Federal no endereço: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br).

## Quem está obrigado a fazer a declaração:

- 1) A pessoa física ou jurídica proprietária, titular do domínio útil ou possuidora a qualquer título, inclusive a usufrutuária;
- 2) Um dos condôminos, quando o imóvel rural pertencer simultaneamente a mais de um contribuinte, em decorrência de contrato ou decisão judicial ou em função de doação recebida em comum; ou
- 3) Um dos compossuidores, quando mais de uma pessoa for possuidora do imóvel rural.

Caso o produtor rural não consiga entregar sua declaração no prazo determinado ficará sujeito ao pagamento de multa. Confira as regras: 1% ao mês-calendário ou fração de atraso, calculada sobre o total do imposto devido, não podendo seu valor ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), no caso de imóvel rural sujeito à apuração do imposto, sem prejuízo da multa e dos juros de mora devidos pela falta ou insuficiência do recolhimento do imposto ou quota; ou R\$50,00 no caso de imóvel rural imune ou isento do ITR.

A multa a que se refere este artigo é objetivo de lançamento de ofício e tem, por termo inicial, o primeiro dia subsequente ao do final do prazo fixado para a entrega da DITR e por termo final, o mês de sua entrega.

## Capacitação sindicatos

A FAEP organizou no período de 03 a 19 de agosto, em Curitiba um curso de capacitação para funcionários dos sindicatos rurais sobre o preenchimento da DITR. Ao todo foram cinco turmas cada uma com 20 participantes. O curso tem carga horária de 12 horas.



# Vários motivos para se pensar na prorrogação dos contratos de concessão

Por Egon Bockmann Moreira\*

.....

A partir da década de 1990, o Brasil passou a contar com muitos contratos de concessão de serviço público. Hoje, eles habitam o nosso cotidiano (luz, água, gás canalizado, transporte urbano, telefonia, ferrovias, rodovias, aeroportos, portos etc.). Há uma razão fundamental para essa cronologia: antes de 1994, era simplesmente impossível raciocinar a respeito de contratos de longo prazo. A economia brasileira era de curtíssimo prazo (basta lembrar da aplicação overnight: o dinheiro rendia em operações de um dia, tamanha era a vulnerabilidade da moeda). Com o Plano Real, acabou-se a hiperinflação e se pode cogitar de prazos superiores para os investimentos. Não se deve a um acaso, portanto, que a Lei Geral de Concessões, a 8.987, tenha sido promulgada em fevereiro de 1995.

Mas o que são esses contratos? Para que servem? Eles se prestam à execução de obras e serviços, sem que se faça necessário gastar do orçamento pú-

blico. Quem faz o aporte de recursos é o empresário privado que vencer a licitação. E quem paga pelos bens e serviços é o usuário, se e quando os usar (ou quando os tiver ao seu alcance, como no caso das tarifas mínimas). A Lei nº 8.987/1995 não estabelece prazo certo para tais contratos (ao contrário da Lei de PPP, que fixou o prazo mínimo de cinco e o máximo de 35 anos para as parcerias público-privadas).

Bem vistas as coisas, os contratos de concessão podem trazer consigo projetos de distribuição de riqueza: afinal, os bens e serviços não constarão do orçamento estatal. Ao invés de serem os trabalhadores-contribuintes, quem paga é o usuário. Acabou-se o dever de as pessoas financiarem por ferrovias, aeroportos e portos que nunca viram (nem passaram perto). Quem paga é quem usa.

Estes contratos precisam se estender por muitos anos, pois configuram investimentos de longa maturação (aporte inicial robusto, seguido de receita fragmen-

tada no tempo: pense na construção de uma ferrovia ou de um porto – só depois de instalados por completo pode-se prestar o serviço e cobrar, tarifa a tarifa, dos usuários). Estamos a falar de prazos com mais uma década. Mas, fato é que o futuro sempre insiste em se fazer presente: o longo prazo um dia fica curto e o contrato chega ao fim. Então, o que fazer?

Há três alternativas básicas: ou a Administração Pública (o “poder concedente”) retoma os bens e serviços e assume a sua prestação; ou realiza nova licitação e faz outros contratos; ou os prorroga. A primeira hipótese exige dinheiro em caixa e capacidade de gerenciar os bens e serviços; a segunda, a realização de estudos e projetos, bem como muitos interessados em concorrer; a terceira, a revisão do contrato em vigor e o estabelecimento de novos deveres, direitos e obrigações que justifiquem a prorrogação (desde que mantido o objeto original do contrato: a mesma ordem de prestações).



Nenhuma dessas escolhas é gratuita; cada uma implica certa opção para a alocação de verbas públicas e despesas privadas.

Mas, note-se bem: a decisão é discricionária e privativa da Administração Pública, que não está obrigada a rescindir, nem a fazer novas licitações nem a prorrogar os contratos. Ela deve examinar e comparar as três possibilidades – e adotar a decisão mais eficiente, em vista das alternativas que o cenário econômico lhe autorizar. A única coisa que ela efetivamente tem de fazer é decidir. A inércia só agrava o cenário, recheando-o de dúvidas e incertezas quanto à segurança do empreendimento.

O atual panorama econômico brasileiro parece ser mais favorável à terceira alternativa, que prestigia a extensão dos contratos por mais alguns anos (proporcionais aos investimentos). Há vários motivos consistentes para isso.

Ora, é público e notório que os governos – federal, estaduais e municipais – estão quebrados. Há casos em que não

há dinheiro em caixa para pagar a folha. A arrecadação está declinando (a economia em recessão tem tal efeito) e os gastos públicos precisam ser controlados. Logo, é inviável assumir novas despesas (imprescindíveis para obras e serviços), sob pena de prejudicar outras.

Em segundo lugar, os governos precisam de investimentos em outros projetos. É urgente tornar viável a infraestrutura brasileira, a fim de atenuar os custos de transação e conferir mais fluidez a setores essenciais. Se não houver estradas, ferrovias, portos e aeroportos, como escoar a produção? Como transportar trabalhadores? Porém, não há dinheiro público a ser gasto - daí o Programa de Investimento em Logística do governo federal ter focado em projetos de concessão comum. Novas licitações e contratos estão por vir.

Ocorre que muitas das sociedades empresariais que investem e transitam no setor de concessões estão em situação bastante complicada, com as finanças

igualmente rarefeitas – seja por que envolvidas em processos (o que torna o acesso ao crédito mais difícil), seja porque os governos estão inadimplentes. Há quem esteja vendendo ativos valiosos. O que importa dizer que é potencialmente menor o número de sociedades que hoje estão habilitadas e/ou dispostas a participar de novos projetos. Ou seja, será acentuada a concorrência em poucos projetos, escolhidos a dedo.

Ora, se o governo pensar bem, chegará à conclusão de que não será eficiente lançar muitos editais ao mesmo tempo. Ao contrário, pode ser desastroso, pois o aumento da oferta complicará a proporção da demanda: com poucos interessados, corre-se o risco de ofertas inconsistentes e/ou de licitações vazias. O empresário consciente desprezará os editais menos valiosos e concentrará seus esforços para vencer, no mínimo, a segunda melhor licitação. E os aventureiros tentarão vencer pelo constrangimento (ofertas com



custo muito baixo, que não serão executadas no futuro: já vimos esse filme).

Agora, imagine-se tal cenário acrescido de contratos que já estão em operação, a vencer nos próximos anos (justamente no momento de consolidação dos investimentos das novas concessões). Se você fosse acionista da concessionária, o que preferiria: arriscar o pouco dinheiro de que dispõe num projeto que precisa estudar muito para conhecer – e, depois, competir numa licitação – ou reinvestir naquele que pilota sozinho faz mais de 10 anos? E se você não fosse acionista da atual concessionária, gostaria de concorrer com outros interessados em projetos novos, em que o nível de informação tende a ser equivalente entre os licitantes, ou naquela licitação em que existe alguém que naturalmente conhece o contrato como a palma da mão? Onde você alocaria o seu tempo e sacrificaria o seu dinheiro? A escolha racional é óbvia: é mais eficiente que

os novos entrantes tendam a participar sozinhos das licitações para os novos contratos – e que os antigos se concentrem nos já existentes. Esta previsão pode estar errada – advogado que faz previsões passa vergonha no dia seguinte, eu costumo dizer –, mas fato é que existem ingredientes jurídico-econômicos que, conjugados, demandam especial atenção.

A prorrogação gera vantagens nas duas pontas, portanto: tanto nas licitações que precisam ser imediatamente realizadas como nos próprios contratos hoje em vigor. Todavia e por óbvio, a prorrogação não é algo nem simples nem rápido de ser feito: não se faz numa penada, simplesmente se atribuindo mais duas dezenas de anos ao mesmo projeto concessionário.

Antes de tudo, a prorrogação necessita demonstrar sua vantagem ao interesse público posto em jogo. Do que estou a falar? Obras a serem executadas,

serviços a serem prestados – e, mais do que tudo isso, a mais republicana transparência. A decisão de prorrogar (ou não), bem como os respectivos projetos e os contratos devem experimentar a luz do dia, lado a lado de trabalhos técnicos em que seja preservada e respeitada a autonomia do gestor público. Isso sem esquecer que não haverá qualquer contrato se não existirem margens de lucro proporcionais aos investimentos (e ao custo do dinheiro nos dias de hoje). Não nos iludamos: um contrato de concessão de serviço público não é projeto de benemerência social, nem se destina a instalar vantagens gratuitas para os usuários. Não existe almoço de graça.



**\*Egon Bockmann Moreira:** Advogado. Doutor em Direito. Professor da Faculdade de Direito da UFPR. Professor visitante da Faculdade de Direito de Lisboa (2011) e do Centro de Estudos de Direito Público e Regulação - CEDIPRE, da Faculdade de Direito de Coimbra (2012). Conferencista nas Universidades de Nankai e de JiLin, ambas na China (2012). Palestrante nos cursos de MBA, LLM e Educação Continuada na FGV/RJ. Escreve às segundas-feiras, quinzenalmente, para o *Justiça & Direito*.

**Artigo Publicado na Gazeta do Povo em 10/08/2015**





Esse Johnny, um simpático cachorro da raça Shi-tzu que não gosta de sujar as patinhas quando anda pela calçada. O flagrante foi feito em Maringá e encaminhado pela proprietária do cão, Maria Helena.



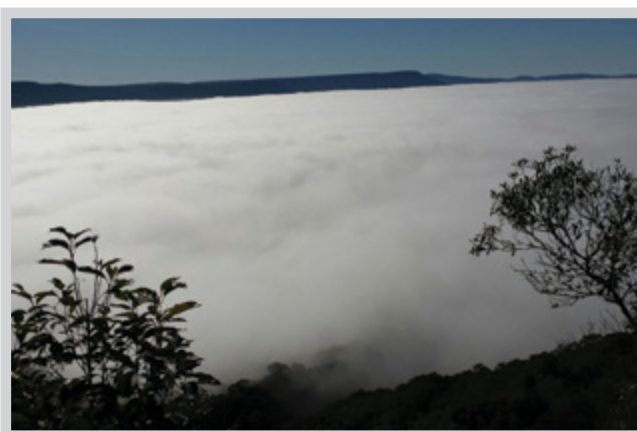
Num dia de praia e de muito calor, o leitor Juarez Machado fez esta foto. Segundo ele, para escapar do sol escaldante, até o pássaro procurou uma sombra. O clic foi feito na praia de Cancún - México .



Costuma-se dizer, quando duas pessoas brigam muito, que elas são como "cão e gato". Pois, a leitora Raquel Carneiro Ferreira Buachak, de Sapopema, mostra que não é bem assim. Nesses dois flagrantes, os animais são amicíssimos.



O leitor Franc Rom, de Jacarezinho, conseguiu montar as cores do Brasil nesta foto, com o azul do céu, o verde do pinheiro do Paraná e o amarelo vibrante do Ipê florido.



A leitora Elisabete Pivovar fez este belo registro em Jaguariava. De cima do morro, parece haver um mar de nuvens para quem observa.

# O novo papel do instrutor do SENAR-PR

SENAR-PR traz doutora em Ciência da Educação para colaborar com a construção do Projeto Político Pedagógico

Por Katia Santos



“Não posso atuar como um gato, que apenas se deita no sofá e dorme. Como cidadão, tenho responsabilidades, tanto como instrutor/formador como participante/formando”. Essa metáfora foi usada pela professora/doutora em Ciências da Educação, na Universidade do Porto, Portugal, Ariana Cosme, para falar dos papéis que essas figuras têm no processo de formação e qualificação no campo profissional. Ela esteve em Curitiba, no último dia 12, com a palestra: “Os novos desafios que se tem hoje para a formação de jovens e adultos”.

Nesse processo, tanto aluno/formando como o professor/formador são atores ativos no processo de aprendizagem. O papel dos dois é requalificar. Segundo Ariana, não se aprende porque alguém ensina. O aluno tem que assimilar o conteúdo, se apropriar da informação.

“Não se entende o formando como um ser passivo que apenas recebe informação. Pelo contrário, responsabilizamos o

formando pela construção da sua aprendizagem, a partir de um professor/formador que tem seu papel ampliado com grande responsabilidade. Não como um instrutor, mas como um desafiador, um interlocutor qualificado que dialoga, que ajuda a interpretar e a construir. Mas, às vezes obriga o aluno a fazer caminhos. É alguém que também ajuda a escolher”, diz.

Ariana explicou que existem duas formas onde a aprendizagem com adultos pode acontecer: pelo desejo e vontade em aprender com o tema/matéria, ou, porque ele enxerga uma motivação ou compensação material. No caso do público alvo do SENAR-PR, os produtores rurais, essa motivação seria um retorno financeiro maior a partir da melhoria nos processos de produção mais eficiente e eficaz.

“Se o indivíduo não quiser aprender ninguém pode fazê-lo por ele. Mas, como ninguém aprende sozinho, cabe à instituição, que está oferecendo o curso ou a requalificação, seduzir o

aluno, ou, criar um dispositivo para que ele se estimule e assuma o papel de formando”, explica.

Nesse processo o professor aproveita a experiência do aluno ao longo da aprendizagem. “Em alguns casos o formador aproveita a cultura pessoal do aluno, cultura que muitas vezes contraria os novos conhecimentos. Traçando um paralelo com a realidade rural, muitas vezes o aluno afirma: ‘mas aprendi com meu pai e avô que fizeram assim por mais de 30 anos’. O novo formador vai usar essa afirmação para mostrar ao aluno, que hoje em um mercado mais competitivo, ele precisa usar uma técnica, ou uma máquina de forma mais eficiente para obter mais resultado quer seja ele quantitativo ou financeiro”, completa a especialista.

**“Hoje o país e o mercado de trabalho não precisam apenas de técnicos, precisam de cidadãos técnicos, que dominam a técnica e a prática da autonomia cidadã”, afirma Ariana Cosme.**

Para a instituição que oferece a qualificação, no caso o SENAR-PR, é preciso estar claro que existem várias formas e mecanismos de pensar a formação profissional.

“Hoje o desafio não é ensinar apenas a técnica para executar determinada função ou trabalho. Atualmente, o país e o mercado de trabalho não precisam apenas de técnicos, precisam de cidadãos técnicos, que dominam a técnica, mas também uma prática profissional que incorpora uma atitude de autonomia cultural. Portanto, eu não consigo separar a formação para a autonomia, liberdade e responsabilidade da formação técnica especializada. São duas faces da mesma moeda”, argumenta.

Para Ariana o desafio de um formador não é ensinar apenas a sua técnica para determinada atividade, função, ou, trabalho, mas desafiar também o formando a atuar como agente de mudança. Esse profissional amplia sua missão em um mundo de tantos desafios, tantas dificuldades, mas, também com tantas possibilidades. Espera-se que o formando seja autor do seu caminho apesar de poder contar com o apoio do seu formador.

“Se a atuação formadora estiver centrada em um modelo muito instrutivo, eu não alcanço o cidadão, só prevejo o lado técnico. Eu estou propondo que esse formador/professor amplie o entendimento do que é um saber técnico com aplicabilidade num projeto de desenvolvimento para o século XXI”, diz.

Quando fala do papel do novo formando ela acredita que essa pessoa seja capaz de decidir com responsabilidade sobre suas



ações e decisões em relação a sua aprendizagem em relação ao curso que está fazendo. Ariana espera que a partir dessa proposta pedagógica o aluno não use a postura de ‘eu fiz assim porque é tradição, ou, porque aprendi no curso’.

**“Mais do que saber como fazer, o desafio é saber pensar e criar alternativas para fazer com soluções diferentes para uma prática profissional, que vive de situações, muitas vezes, imprevisíveis e originais”.**

“Ele tem que ser co-responsável pelas escolhas que fizer, sendo assim, vejo para ele um papel mais amplo como cidadão. Estamos falando de cidadania plena”, explica.

As competências técnicas que o SENAR-PR oferece podem tornar-se uma ferramenta para a prática profissional mais ampla e desafiante. Não se pode reduzir essas competências à formação técnica especializada. Quando a instituição amplia o leque de oferta de competências ela permite outras formas de aprendizagem, permite o debate, a construção do conhecimento e responsabiliza o aluno pelo seu trajeto.

“Mais do que saber como fazer, o desafio é saber pensar e criar alternativas para fazer com soluções diferentes para uma prática profissional, que vive de situações, muitas vezes, imprevisíveis e originais. Essa é a essência da pedagogia da construção. Construir respostas dentro desse quadro é instigante, pois, estamos em um tempo de desafio para a formação de jovens e adultos” finaliza Ariana.



## II Jornada Tecnológica no Campo

No próximo dia 3 de setembro, o Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), em parceria com o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), promove a II Jornada Tecnológica no Campo, em Santa Tereza do Oeste, a 21 km de Cascavel. Cultivares de forrageiras de inverno, manejo e adubação de pastagens de inverno, cultivares e uso de aveia granífera na alimentação animal, manejo de nematoides em soja e a sobressemeadura de forrageiras de inverno e plantio do capim fazem parte da programação do evento. A jornada é direcionada a produtores, profissionais da assistência técnica e extensão rural e estudantes. Mais informações: (045) 3231-1713.



## Nota fiscal paranaense

Desde o início de agosto está funcionando a programa Nota Paraná, que garante ao consumidor um retorno de 30% sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e serviços (ICMS). Quem pedir a nota fiscal paranaense e registrar o CPF vai acumular créditos que podem ser depositados em conta-corrente ou descontados no pagamento de IPVA. Além desta opção, o consumidor pode ainda utilizá-los para adquirir créditos para celulares. Segundo o governo estadual, a intenção do programa é evitar a fraude fiscal e aumentar a arrecadação do Estado. Para quem quiser se cadastrar basta acessar [www.notaparana.pr.gov.br](http://www.notaparana.pr.gov.br).

## Duplicação BR-376

No último dia 12 de agosto, o governador Beto Richa autorizou a duplicação da BR-376, no trecho entre Nova Esperança e Paranaíba, durante encontro com prefeitos e lideranças do Noroeste do Paraná, em Curitiba. A ampliação do trecho de 30 Km é uma antiga demanda da região. De acordo com o governador, as obras devem começar já no início de 2016. O investimento é estimado em R\$ 214 milhões e será feito pela concessionária Viapar, com a previsão de entrega em 2018. O presidente da FAEP, Âgide Meneguette e o vice-presidente da Federação, Ivo Pierin, participaram do encontro.





# NÃO DEIXE PARA A ÚLTIMA HORA

**Faça o Cadastro Ambiental Rural (CAR)  
de sua propriedade.**

Quem perde o prazo perde os benefícios de  
áreas consolidadas e não poderá mais fazer financiamento

**O prazo encerra dia 05/05/2016**

O CAR é um registro eletrônico, obrigatório para todos os imóveis rurais

**Informações acesse: [www.car.gov.br](http://www.car.gov.br) ou [www.iap.pr.gov.br](http://www.iap.pr.gov.br)**

ou procure os Sindicatos Rurais, FAEP, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Fetaep ou escritórios regionais do IAP e Emater



SISTEMA FAEP



**EMATER**



# O Raio X do CAR do Paraná

Em julho o número de cadastros diminuiu drasticamente. Prazo para entrega está cada vez mais curto

De acordo com dados do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Siscar) e do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) 29,7%, dos 532.840 imóveis rurais já realizaram o cadastro no Paraná, no período de 6/05/2014 a 31/07/2015. O Paraná continua em 4º lugar no ranking nacional, apesar de ter diminuído, significativamente, o número de cadastros entregues.

O gráfico abaixo registra uma acentuada diminuição mês a mês, contabilizando 7.741 cadastros realizados em julho. Os sindicatos estão preocupados com esses números, pois existe o receio do produtor não cumprir o prazo de 5 de maio de 2016. Caso isso ocorra, o produtor perde os benefícios de consolidação de áreas que foram conquistados com o novo código florestal.

Um exemplo é o município de Guarapuava, região Centro-Sul do Estado, que possui aproximadamente 4,5 mil propriedades rurais. Desse total, apenas 15% dos produtores fizeram o CAR. O vice-presidente do sindicato rural, Anton Gora, admite que é um índice baixo. “O sindicato tem se empenhado em estimular o produtor a fazer o CAR. Fizemos uma parceria com uma empresa para

atender os produtores no sindicato. Nós orientamos os produtores que não deixem para a última hora, pois a pressa induz ao erro no preenchimento o que pode acarretar prejuízos financeiros aos produtores”, afirma.

## Atualizações

Esse mês o site do CAR apresentou inúmeros problemas. Um dos principais ocorreu no acesso à central de comunicação, impossibilitando a retirada do recibo. O Ministério do Meio Ambiente informou que o site está passando por atualizações.

É preciso ficar atento também às atualizações do site. Em julho houve nova atualização e a atual versão do CAR é 1.9. Essa atualização proporcionou melhoras no sistema. Segundo a engenheira-agrônoma e técnica do Departamento Técnico e Econômico da FAEP, Carla Beck, as alterações que foram feitas foram solicitadas pelos próprios usuários.

**Nº de Cadastros Efetuados por mês no Paraná**



Fonte: IAP. Elaboração: FAEP/DTE



## IVAÍ



## Fruticultura

O Sindicato Rural de Ivaí realizou o curso de Trabalhador na Fruticultura Básica - Clima Temperado - básico em Guamiranga, no Centro de Treinamento do Agricultor (CTA), nos dias 3 e 4 de agosto. O curso foi em parceria com a Secretaria da Agricultura. Participaram 12 produtores rurais com o instrutor Luiz Sergio Kreпки.

## PORECATU



## Corte costura

O Sindicato Rural de Porecatu realizou no período de 1º a 17 de julho o curso de Artesanato de Tecidos - confecção básica de vestuário corte e costura. Participaram 11 produtoras com a instrutora Vilma Ferreira de Macedo Cardoso.

## SERTANÓPOLIS



## NR 35

O Sindicato Rural de Sertanópolis realizou, em parceria com a Seara Agronegócio, nos dias 15 e 16 de junho, o curso Trabalhador na Segurança no Trabalho - NR 35 - trabalho em altura. Participaram sete trabalhadores com o instrutor Sidney Massote.

## URAI



## Posse

No dia 20 de julho foi empossada a nova diretoria eleita do Sindicato Rural de Uraí. O evento contou com a presença do diretor financeiro da FAEP, João Luiz Rodrigues Biscaia e o supervisor do SENAR-PR, Arthur P. Bergamini. Foram eleitos: Sueli Maria Bachim dos Santos como presidente; Roberto Mitio Fujimori, vice-presidente; Antonio Carlos Rossi, secretário e Marcos Ito, tesoureiro.

## CAMPINA DA LAGOA



## Inclusão Digital

O Sindicato Rural de Campina da Lagoa realizou o Programa de Inclusão Digital - Introdução a Informática - Word, Excel, email e internet, no período de 20 à 31 de julho. Foram organizadas duas turmas, cada uma com 13 participantes. A instrutora do grupo foi Tânia Dirlene Ratz Gesterner.

## MARILÂNDIA DO SUL



## Sol Rural

O Sindicato Rural de Marilândia do Sul em parceria com a empresa Souza Cruz realizou o curso Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvopastoris - Sol Rural, no período 22/06 à 16/07. Devido ao sucesso do evento no período de 10/08 à 03/09 foi organizada outra turma. O instrutor dos grupos foi Sérgio Paulo de Oliveira.

## IRATI



## Tratores

O Sindicato Rural de Irati realizou, em parceria com a Moageira Irati, no dia 3 e 4 de agosto o curso Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas tratorista polivalente – básico. Participaram 10 trabalhadores rurais com o instrutor Adnilson Silva.

## PALOTINA



## Palestra

No dia 5 de agosto foi realizada a palestra Casa em Ordem para os alunos do Programa do Empreendedor Rural (PER), em Palotina. O vice-presidente do sindicato, Edmilson José Zabott, abriu a programação destacando a importância da atividade. A palestra foi realizada pelo consultor da FAEP, Dalton Celeste Razera.



## IBIPORÃ



## Mobilizadores

Foi realizado no período de 3 a 7 de agosto, no Centro de Treinamento Agropecuário do SENAR-PR, em Ibiporã, um curso de nivelamento de conteúdos para os mobilizadores dos sindicatos rurais com 24 horas de carga horária. Foram duas turmas compostas por mobilizadores das regionais do SENAR-PR de Londrina, Campo Mourão e Mandaguauçu.

## REALEZA



## Noite da sopa

Na noite do dia 31 de julho, o Sindicato Rural de Realeza realizou, através do Grupo Atitude - A força da Mulher no campo, a tradicional Noite da Sopa. Esse ano o evento contou com a participação de mais de 500 pessoas.

## PORECATU



## Posse

Foi empossada a diretoria eleita do Sindicato Rural de Porecatu no dia 24 de julho. A cerimônia aconteceu no Salão de Serviço de Obras Sociais de Porecatu e contou com a presença do diretor financeiro da FAEP, João Luiz Rodrigues Biscaia e do prefeito de Porecatu Walter Tenan. Foram eleitos: Ana Thereza da Costa Ribeiro como presidente; Antônio Carlos Furlaneto Junior vice-presidente; Fabrício Galego Pelissari secretário e Arnaldo Vitório Dalle Vedove tesoureiro.

## SÃO TOMÉ



## Inclusão digital

O Sindicato Rural de São Tomé em parceria como a Usina de Açúcar Santa Terezinha - Unidade São Tomé, realizou nos dias 5, 6 e 7 de agosto o Programa de Inclusão Digital - introdução à informática - word, excel, e-mail e internet. Participaram 11 funcionários e produtores com o instrutor Welysson Herrero.



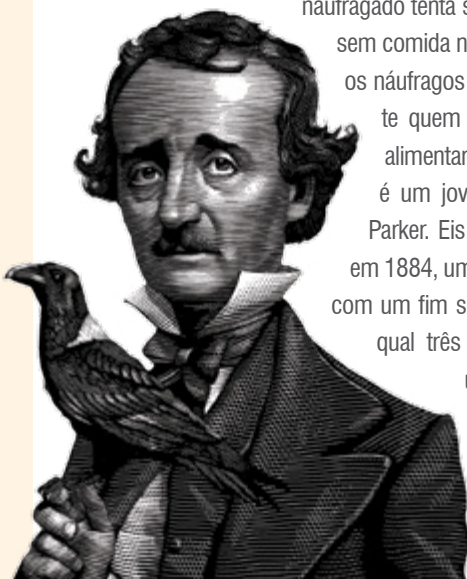
## Uma simples foto



Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo email: [imprensa@faep.com.br](mailto:imprensa@faep.com.br) com seu nome e endereço.

## Terrível coincidência

Edgar Allan Poe, um dos maiores escritores de suspense e terror da história, publicou em 1838 o romance “The Narrative of Arthur Gordon Pym of Nantucke”, no qual a tripulação de um navio naufragado tenta sobreviver em um bote sem comida nem água. Sem comida os naufragos decidem tirar na sorte quem seria sacrificado para alimentar os outros. O azarado é um jovem de nome Richard Parker. Eis que, 46 anos depois, em 1884, um naufrágio real acabou com um fim semelhante ao livro, no qual três naufragos devoraram um companheiro para poder sobreviver. O nome da pobre vítima: Richard Parker.



## Cirurgia plástica

A onda das cirurgias plásticas extremas já trouxe ao mundo diversas cópias humanas da boneca Barbie e do seu parceiro Ken. Alguns destes procedimentos são tão extensos que acabam mudando completamente a feição de uma pessoa. Foi o que ocorreu com uma jovem da Coreia do Sul, que depois de diversas cirurgias, não conseguia mais passar pela segurança nos aeroportos, pois ficou bem diferente da foto do passaporte.



## Sonâmbulos

O sonambulismo é um distúrbio do sono no qual as pessoas em estado de sonolência acabam fazendo diversas coisas, que ao acordar, não lembram mais. Existem casos notáveis, como o da garota inglesa que escalou um guindaste de 40 metros e do enfermeiro que desenhava lindas obras de arte durante o sono. Mas também, há o lado obscuro do sonambulismo. Em 1987 um homem matou a sogra durante um surto de sonambulismo. Detalhe, ele dirigiu mais de 22 quilômetros para chegar à casa da vítima e depois do crime foi até a delegacia e se entregou. Tudo enquanto dormia.



## A mais venenosa

Deu no livro Guinness dos records. A aranha mais venenosa do mundo é brasileira. A *Phoneutria phera*, também conhecida como “aranha-bananeira” é típica das regiões tropicais da América do Sul. Seu veneno possui uma neurotoxina altamente potente, apenas 0,006 mg são o suficiente para matar um rato. Além de perigosas estas aranhas são extremamente agressivas, então fique longe delas. Quem já foi picado diz que dói mais do que mordida de cachorro.



# Tirando o pai da força

Quando alguém está com muita pressa, dizemos que está indo “tirar o pai da força”. A expressão tem origem em uma história protagonizada por Santo Antônio. Conta-se que o santo estava fazendo um sermão quando sentiu um aviso sobrenatural de que seu pai haveria sido condenado e encontrava-se prestes a ser enforcado. O santo dos casamenteiros então teria se transportado espiritualmente para Lisboa, há quilômetros de distância, onde realizou a defesa do pai e tirou-o – literalmente – da força.

## A super cédula

No último dia 9 de agosto, os eleitores da província de Catamarca, na Argentina, preencheram a maior cédula eleitoral de suas vidas com 1,20 metro de comprimento. O papelucho serve para escolher os pré-candidatos de cada partido nas eleições primárias. Para não encher as urnas tão rápido, a Justiça Eleitoral Argentina determinou que fossem instaladas duas urnas por mesa, ao invés de uma. Com um papel desse tamanho as urnas ficariam cheias rapidamente.

## Mente brilhante

Uma menina inglesa conseguiu o resultado máximo em um teste de Q.I. (quociente inteligência). Nicole Barr, de apenas 12 anos, gabaritou o teste, ou seja, acertou todas as questões, atingindo a pontuação máxima de 162 pontos, acima dos físicos Albert Einstein e Stephen Hawking. O resultado a coloca em um seletivo grupo das pessoas superinteligentes formado por apenas 1% da espécie humana.



## Você sabe como é feita a salsicha?

Ela é feita com carne picada ou moída de qualquer pedaço de boi, suíno ou frango. O que entra nessa mistura são as sobras dos cortes tradicionais e partes pouco apreciadas, como as bochechas, gorduras, cartilagens e as vísceras. Na primeira etapa da produção, as sobras são cortadas em pedaços bem pequenos, até se transformarem em uma espécie de farelo homogêneo. O passo seguinte é juntar à essa massa de carne doses de sal, amido de milho, temperos e conservantes (como nitrito de sódio), que dão uma coloração rosada à mistura. A seguir, a mistura é usada para encher as tripas, que podem ser naturais (como intestinos de carneiro, por exemplo) ou artificiais, feitas de plástico ou celulose. Depois de preenchidas, as tripas são torcidas ou amarradas mecanicamente. Já fechadas, as salsichas são cozidas por meia hora em uma estufa a 80 °C. Uma salsicha tem, em média, 567 mg de sódio – a dose diária recomendada é entre 1.500 e 2.300 mg. E aí, vai encarar?



## Sacrifício pela aviação

O engenheiro alemão Otto Lilienthal, conhecido como “pai do voo planado”, tem uma história inspiradora, mas também trágica. Nascido em 1848, ele foi um dos pioneiros da história da aviação, autor de uma importante obra sobre o voo dos pássaros que serviu de base para o desenvolvimento da asa delta. Junto com o irmão Gustav, ele construiu grandes planadores rudimentares e até máquinas que batiam asas. Realizou mais de 2 mil experiências, onde chegou a voar 350 metros de distância e realizar curvas. Em 1896 sofreu um acidente com um planador e fraturou a coluna cervical, vindo a morrer no dia seguinte. Suas últimas palavras foram “Sacrifícios precisam ser feitos”.





# A LENDA DO DIABO DE CAPANEMA

Certa feita, um carroceiro gritava com seus bois, fatigados pela carga excessiva de toras de peroba. Era ajudado por seu filho, que chicoteava grosseiramente os animais, não avaliando que era impossível os bois saírem do local, um lamacento buraco. Os bois respiravam aos sufocos, largando uma saliva espumosa pela boca, enquanto o homem esbravejava.

Aos urros e berros ecoantes, com blasfêmias de todas as espécies e contra as divindades, os animais se contorciam de um lado para outro, sem o efeito esperado que o carro pudesse ser removido dali. O homem recorreu a todos os santos e demônios; por fim, gritou: “talvez quem pudesse nos ajudar, só mesmo o diabo!”. E o seu santo, naquela hora, passou a ser o demônio, já que não resolveram nada os demais santificados. Que surgisse, então, o demônio. Para resolver uma situação que se encontrava sem remédio.

Repentinamente, ouviu-se um barulho, com grande claridade e um pouco de fumaça. Lá estava “ele” sobre as toras amarradas na carroça atolada, lançava pela boca e olhos uma lasciva chama avermelhada e observava o carroceiro atônito. O carroceiro pôs suas mãos no bolso à procura de um rosário e encontrou somente fumo de rolo. Tentou se lembrar dos seus santos e recitava até orações nunca ouvidas! Mas, nada resolvera. Ele, o diabo, continuava ali, sentado e indiferente ao homem que tentava agora se lembrar dos santos e dos desafios que fizera anteriormente contra a divina providência. Enquanto isso, como por encanto os bois lentamente saíram da lama e caminhavam com o peso, como que ajudados por alguma força diferente, invisível.

Essa história se espalhou. E o Diabo de Capanema permaneceu no folclore do lugar. Até hoje, alguns fazem troça, outros ignoram, os demais comentam com dedicação e curioso interesse. E foi assim que aconteceu; a figura ilusória e persistente na imaginação de muitos ficou, vagando por longos tempos.



Fonte: “Lendas e Contos Populares do Paraná” – Cadernos Paraná da Gente nº 3

SISTEMA FAEP



SISTEMA FAEP/SENAR-PR

FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná | F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br  
SENAR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná | F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

A versão digital deste informativo está disponível no site:

[sistemafaep.org.br](http://sistemafaep.org.br)

## Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná  
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar  
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

## EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se                                 | <input type="checkbox"/> Falecido      |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido                             | <input type="checkbox"/> Ausente       |
| <input type="checkbox"/> Recusado                                 | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente                    |  |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado                 |  |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico |  |

## REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_  
Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Responsável \_\_\_\_\_